



PARECER N° DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER SOBRE O PROJETO DE LEI N° 778/2024.

O presente projeto, de autoria do Nobre Vereador Jair Tatto, institui a “Campanha Permanente de Sensibilização, Informação e Incentivo à Vacinação”, e dá outras providências.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa emitiu parecer de **legalidade** com apresentação de Substitutivo.

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente exarou parecer **favorável** ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

A presente proposição tem como finalidade instituir, no âmbito do Município de São Paulo, a Campanha Permanente de Sensibilização, Informação e Incentivo à Vacinação, com o objetivo de ampliar a conscientização da população sobre a importância da imunização como estratégia fundamental de saúde pública. A proposta busca fomentar ações educativas e informativas que promovam o engajamento social, o combate à desinformação e o incentivo à adesão às campanhas vacinais.

A vacinação é reconhecida mundialmente como uma das medidas mais eficazes para a prevenção de doenças e a promoção da saúde coletiva. Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), a imunização em massa evita entre dois a três milhões de mortes por ano, podendo salvar mais 1,5 milhão de vidas adicionais caso sua cobertura seja ampliada. Tais dados evidenciam o impacto direto da vacinação na redução da mortalidade e na contenção de surtos epidemiológicos. Segundo a OMS, a imunização é uma história de sucesso global em saúde, salvando milhões de vidas todos os anos. As vacinas reduzem os riscos de contrair doenças, atuando com as defesas naturais do seu corpo para criar proteção. Quando você toma uma vacina, seu sistema imunológico responde. As vacinas são seguras e estimulam o sistema imunológico a proteger a pessoa contra doenças preveníveis pela vacinação. Quando adotada como estratégia de saúde pública, elas são consideradas um dos melhores investimentos em saúde considerando o custo-benefício. Importa destacar que a vacinação não protege apenas os indivíduos imunizados, mas também contribui para a proteção indireta de grupos vulneráveis, como bebês imunossuprimidos ou pessoas alérgicas a componentes vacinais. Ao reduzir a circulação de agentes infecciosos, a imunização coletiva fortalece a barreira epidemiológica e diminui significativamente o risco de disseminação de doenças.

Atualmente existem vacinas para prevenir mais de 30 doenças e infecções fatais, indicadas para pessoas de todas as idades a terem maior longevidade e maior qualidade de vida. A imunização previne atualmente de 3,5 milhões a 5 milhões de mortes por ano por doenças como difteria, tétano, coqueluche, gripe e sarampo. A imunização é fundamental para a atenção primária à saúde, um direito humano inquestionável e um dos melhores investimentos em saúde que o dinheiro pode comprar. As vacinas também são cruciais para a prevenção e o controle de surtos de doenças infecciosas. Elas sustentam a segurança sanitária global e são uma ferramenta vital no combate à resistência antimicrobiana.

A pandemia de COVID-19 sobrecarregou os sistemas de saúde, resultando em retrocessos dramáticos. Os dados mais recentes sobre a cobertura da imunização contra difteria, coqueluche e tétano (DTP) ressaltam a



necessidade de atualização contínua, recuperação e fortalecimento do sistema. Em relação ao sarampo, em 2024, 20,6 milhões de crianças perderam a primeira dose de rotina da vacina contra o sarampo – bem abaixo do nível de 19,3 milhões de crianças em 2019.

O Brasil, por meio do Programa Nacional de Imunizações (PNI), criado em 1973, tornou-se referência internacional na área, sendo responsável pela implementação de campanhas regulares e pela oferta gratuita de vacinas em todo o território nacional. A atuação conjunta entre o Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde tem viabilizado campanhas anuais, como a de vacinação contra a gripe/influenza e a de multivacinação, além de ações periódicas voltadas à erradicação de doenças como o sarampo. Doenças que causavam milhares de vítimas no passado, como varíola e poliomielite, foram erradicadas. Outras doenças transmissíveis também deixaram de ser problema de saúde pública porque foram eliminadas no Brasil e nas Américas, como o sarampo, rubéola e rubéola congênita.

O Programa Nacional de Imunizações do Brasil tem avançado ano a ano para proporcionar melhor qualidade de vida à população com a prevenção de doenças. Tal como ocorre nos países desenvolvidos, o Calendário Nacional de Vacinação do Brasil contempla não só as crianças, mas também adolescentes, adultos, idosos, gestantes e povos indígenas. No total, são disponibilizadas na rotina de imunização 19 vacinas cuja proteção inicia ainda nos recém-nascidos, podendo se estender por toda a vida. O PNI é, hoje, parte integrante do Programa da Organização Mundial da Saúde, com parcerias estabelecidas junto à UNICEF e contribuições do Rotary Internacional e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher no âmbito de sua competência, entende que a propositura é meritória e deve prosperar, eis que diante da relevância do tema e da necessidade de ampliar o alcance das informações sobre a segurança e eficácia das vacinas, a instituição de uma campanha permanente configura-se como medida estratégica, preventiva e educativa, alinhada às diretrizes de saúde pública e ao compromisso do Município com o bem-estar da população, sendo, portanto, **Favorável** ao Substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa o parecer.

Sala da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, em